



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 01 DE AGOSTO DE 2022

### RESOLUÇÃO CMI Nº 01/2022

**Dispõe sobre a análise e aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal do Idoso do município de Congo-PB.**

O **Conselho Municipal do Idoso (CMI)**, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 070/2009:

Considerando a deliberação da plenária sobre a pauta apresentada e discutida em Reunião ordinária realizada no dia 13 de julho de 2022;

#### RESOLVE:

**Artigo 1º** - Aprova o **Regimento Interno do Conselho Municipal do Idoso do município de Congo-PB**, que tem como nortear e definir parâmetros para o funcionamento do CMI do município de Congo-PB.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Congo-PB, 13 de julho de 2022

**EVERTON FERNANDO OLIVEIRA SANTOS**  
Presidente do CMI

### REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

#### CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E FINALIDADE

**Art. 1º** - O Conselho Municipal do Idoso – CMI de Congo, criado pela Lei Municipal nº 070, de 17 de dezembro de 2009, é um órgão colegiado permanente, paritário e deliberativo, de caráter público, sem fins lucrativos, ligado por vínculo administrativo e financeiro à Secretaria Municipal de Assistência Social, com prazo indeterminado de duração, e que se regerá por este Regimento Interno e pela Legislação vigente.

**Art. 2º** - O Conselho Municipal do Idoso – CMI, tem por finalidade integrar-se junto aos órgãos públicos, entidades privadas, grupos de idosos e a sociedade em geral, na busca de uma melhor integração da pessoa idosa na sociedade.

#### CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

**Art. 3º** - O Conselho Municipal do Idoso será composto por 08 (oito) membros titulares e 08 (oito) membros suplentes, conforme estabelece a Legislação Municipal nº 070/2009, os quais serão indicados da seguinte forma:

- I – 04 (quatro) titulares e seus respectivos suplentes, representando o poder público Municipal;
- II – 04 (quatro) titulares e seus respectivos suplentes, representando a sociedade civil.

**Art. 4º** - Compete ao Conselho Municipal do Idoso – CMI:

- I – Propor a integração do idoso no contexto social;
- II – Propor a promoção, proteção da saúde do idoso;
- III – Assegurar ao idoso sua cidadania, seu bem-estar na família e na comunidade;
- IV – Promover ações que visem a valorização do idoso, em todos os seus níveis;

- V – Acompanhar a criação, instalação e manutenção de centros de convivência destinados ao desenvolvimento de programas que melhorem as condições de vida do idoso;
- VI – Estimular, através de dispositivos legais cabíveis, a criação pela iniciativa privada de centros de assistência de idosos;
- VII – Fiscalizar as entidades que recebem dotação ou auxílios originários dos cofres públicos;
- VIII – Representar junto às autoridades competentes nos casos de descumprimentos injustificados de suas deliberações;
- IX – Deliberar sobre o seu Regimento Interno, inclusive quanto à escolha do Presidente e Vice-Presidente, bem como quanto a duração do mandato dos conselheiros, respeitando o limite de três anos, permitindo-se uma recondução por igual período.

#### CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO

**Art. 5º** - O Conselho Municipal do Idoso – CMI, terá a seguinte organização:

- a) Conselho deliberativo;
- b) Diretoria;
- c) Comissão de Trabalho.

**Art. 6º** - O conselho deliberativo, órgão de deliberação máxima do Conselho Municipal do Idoso é constituído por representantes dos órgãos públicos e das entidades da sociedade civil, de acordo com o art. 3º, deste Regimento, indicadas para um período de 02 (dois) anos.

**Art. 7º** - A Diretoria, órgão com função deliberativa e administrativa do Conselho Municipal do Idoso, será composta por Presidente, Vice-Presidente e Secretário, eleitos por voto aberto, dentre os membros do Conselho Deliberativo.

Parágrafo único – Havendo necessidade de substituição de um dos membros da Diretoria, a indicação será precedida de eleição.

**Art. 8º** - As Comissões de Trabalho, criadas de acordo com a necessidade da comunidade, são órgãos com função de apoio técnico e serão compostas por representantes de órgãos públicos, de entidades privadas e de grupos de idosos, indicados por Resolução da Diretoria.

Parágrafo único – A Coordenação das Comissões será exercida por pessoa escolhida pela Diretoria.

#### CAPÍTULO IV DAS COMPETÊNCIAS E DOS ÓRGÃOS

**Art. 9º** - Compete ao Conselho Deliberativo:

- I – Reunir-se ordinariamente a cada dois meses, e extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente ou por solicitação de pelo menos 2/3 (dois terços) dos conselheiros;
- II – Estabelecer as diretrizes básicas da Política Municipal do Idoso;
- III – Assessorar e apoiar a Administração Municipal e as entidades privadas na elaboração e execução de suas propostas de ação;
- IV – Eleger entre seus membros, aqueles que comporão a Diretoria, cujo mandato terá duração de 02 (dois) anos, sendo permitida uma recondução;
- V – Estudar e propor formas alternativas de atendimento, priorizando a permanência do idoso na família e na comunidade.

**Art. 10** – Compete à Diretoria:

- I – Criar, estruturar, fundir ou extinguir as comissões de trabalho, conforme necessidades;
- II – Referendar a escolha dos coordenadores e vice-coordenadores, indicados pelas respectivas comissões;
- III – Elaborar e promover a implantação do plano anual de trabalho, sujeito à aprovação do Conselho deliberativo;
- IV – Propor ao Conselho deliberativo as alterações do regimento;
- V – Reunir-se ordinariamente a cada 02 (dois) meses, e extraordinariamente por convocação de seu Presidente;



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 01 DE AGOSTO DE 2022

- VI – Promover a integração entre os órgãos que compõe o Conselho Municipal do Idoso;
- VII – Manifestar-se sobre a forma de intervenção do Conselho Municipal do Idoso;
- VIII – Coordenar técnica e administrativamente as ações das Comissões de Trabalho;
- IX – Elaborar o relatório anual das atividades do CMI, submetendo-o a apreciação do Conselho Deliberativo.

**Art. 11** – Compete às Comissões de Trabalho:

- I – Estimular e aprovar atividades que favoreçam a conscientização da comunidade;
- II – Subsidiar a Diretoria nas ações desenvolvidas em prol do idoso;
- III – Propiciar e incentivar a realização de eventos e atividades nas diferentes áreas que atendam as necessidades das pessoas idosas, em conjunto com a Diretoria.

### CAPÍTULO V DOS CARGOS E SUAS ATRIBUIÇÕES

**Art. 12** – São atribuições do Presidente do Conselho Municipal do Idoso:

- I – Exercer a direção do Conselho;
- II – Representar ativa e passivamente o Conselho;
- III – Promover e regular o funcionamento do Conselho como responsável por sua administração;
- IV – Representar o CMI em cerimônias, atos públicos, encontros e outros eventos;
- V – Presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Deliberativo;
- VI – Convocar as reuniões do Conselho Deliberativo, aprovando a ordem do dia;
- VII – Exercer o direito de voto, no caso de empate, proferindo o voto de minerva;
- VIII – Fazer executar as decisões do Conselho Deliberativo.

**Art. 13** – São atribuições do Vice-Presidente:

- I – trabalhar de comum acordo com o Presidente, compartilhando com ele suas atribuições;
- II – Substituir o Presidente na sua falta ou impedimento.

**Art. 14** – São atribuições do Secretário:

- I – Dirigir a Secretaria do CMI;
- II – Participar das reuniões da Diretoria e também do Conselho Deliberativo, relatando em Ata as decisões tomadas;
- III – Manter atualizado o cadastro de órgãos públicos, entidades privadas e grupos de idosos filiados ao CMI, bem como seus representantes;
- IV – Manter atualizado os endereços dos conselheiros, coordenadores das Comissões de Trabalho e de seus respectivos integrantes e de outros colaboradores do CMI;
- V – Receber e enviar as correspondências do Conselho.

**Art. 15** – são atribuições dos coordenadores das Comissões de Trabalho:

- I – Coordenar as atividades da Comissão para a qual foi designado;
- II – Convocar e coordenar as reuniões da Comissão;
- III – Participar das reuniões de coordenadores de Comissões, juntamente com os demais membros da Diretoria;
- IV – Manter contato e entendimento com entidades e órgãos envolvidos com idosos, considerando o objetivo de sua comissão;
- V – Representar a Comissão em reuniões, seminários, encontros e outros eventos quando designados pela Diretoria;
- VI – Elaborar e remeter à Diretoria os relatórios das atividades desenvolvidas pela Comissão para apreciação.

### CAPÍTULO VI DO PATRIMÔNIO E DA RECEITA

**Art. 16** – Constituem patrimônio do Conselho Municipal do Idoso:

- I – Os bens imóveis, móveis, valores e direitos que lhe pertencem ou venham pertencer;

- II – Doações, heranças e legados de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras.

### CAPÍTULO VII DA PERDA DO MANDATO

**Art. 17** – Os integrantes da Diretoria e Comissões de Trabalho perderão seu mandato nos seguintes casos:

- I – Violação do Regimento Interno;
- II – Renúncia;
- III – Não comparecimento a 03 (três) reuniões consecutivas, ou 05 (cinco) intercaladas, desde que sem justificativas;

Parágrafo único: As renúncias serão comunicadas por escrito ao Presidente, ficando este obrigado a comunicar ao Conselho Deliberativo tal ocorrência.

**Art. 18** – Toda destituição de cargo será precedida de notificação escrita que assegure ao interessado o seu pleno direito de defesa, cabendo recursos na forma deste Regimento.

§ 1º - O recurso previsto neste artigo será dirigido pelo notificado ao Presidente do Conselho Municipal do Idoso, no prazo de 07 (sete) dias, a contar da data de recebimento da notificação.

§ 2º - O recurso entrará em pauta para julgamento pelo Conselho Deliberativo na primeira reunião ordinária ou extraordinária a ser realizada após a notificação.

**Art. 19** – O conselheiro que não comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) intercaladas, sem justificativa, perderá automaticamente seu mandato, sendo substituído pelo respectivo suplente.

**Art. 20** – Caso o conselheiro titular ou suplente deixar de representar a instituição, esta terá o prazo de 30 (trinta) dias para indicar o substituto.

### CAPÍTULO VIII DA FORMA DO REGIMENTO

**Art. 21** – O presente regimento poderá ser reformado por proposta de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos representantes do Conselho Deliberativo.

### CAPÍTULO IX DA EXTINÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

**Art. 22** – A extinção do CMI somente ocorrerá mediante proposta do Conselho Deliberativo, com voto favorável de, no mínimo 2/3 (dois terços) dos conselheiros e submetida à apreciação do Prefeito.

### CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 23** – Todas as sessões do Conselho Municipal do Idoso serão públicas e precedidas de divulgação.

Parágrafo único: As resoluções do CMI, bem como os temas tratados em plenária de Diretoria e Comissões, deverão ser registradas em ata e poderão ser divulgados, a critério do CMI.

**Art. 24** – O Conselho Municipal do Idoso organizará calendário anual de atividades estabelecendo os objetivos a serem alcançados.

**Art. 25** – Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Deliberativo e a Legislação vigente.

**Art. 26** – O presente Regimento Interno foi aprovado.

Em 13 de julho de 2022, e referendado por ato do Poder Executivo Municipal, entrando em vigor na data de sua publicação.

Congo-PB, 13 de julho de 2022

CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO  
CONGO-PB



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 01 DE AGOSTO DE 2022

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO**

**HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00012/2022**

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00012/2022, que objetiva: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA UM VEÍCULO E UMA MÁQUINA PESADA DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO/PB; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: WALLISON BRAZ DA ROCHA SILVA 09865932490 - R\$ 87.000,00.

Congo - PB, 01 de Julho de 2022

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO - Prefeita Constitucional



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 01 DE AGOSTO DE 2022

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO**

**EXTRATO DE CONTRATO**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA UM VEÍCULO E UMA MÁQUINA PESADA DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO/PB. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00012/2022. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Congo: 05.00 SEC. DE EDUCACAO – SEDUC 12.361.2001.2019 MANTER AS ATIVIDADES DO ENS. FUNDAMENTAL – FUNDEB 30% 540. Transferências do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 541. Transferências do FUNDEB – Complementação da União – VAAF 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 12.361.2001.2023 MANTER AS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL – MDE 500. Recursos não Vinculados de Impostos 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 08.00 SEC. DE INFRAESTRUTURA – SEINFRA 15.452.2002.2041 MANTER AS ATIVIDADES DE INFRA ESTRUTURA 500. Recursos não Vinculados de Impostos 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2022. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Congo e: CT Nº 61201/2022 - 01.08.22 - WALLISON BRAZ DA ROCHA SILVA 09865932490 - R\$ 87.000,00.



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 01 DE AGOSTO DE 2022

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 259/2022

**CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UMA LADO, A PREFEITA MUNICIPAL DE CONGO COM SEDE NA AVENIDA DR. VICENTE NOGUEIRA BATISTA, S/N- CENTRO CONGO-PB; CNPJ Nº 08.870.164/0001-81, REPRESENTADA NESTE ATO PELA PREFEITA FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO, DENOMINADA CONTRATANTE, E DE OUTRO LADO O SENHOR JAIRO ALVES DA SILVA, NESTE ATO DENOMINADO CONTRATADO DE ACORDO COM AS CLAUSULAS SEGUINTE:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA-** O contratante através deste instrumento contrata o senhor, **JAIRO ALVES DA SILVA**, portador do RG nº 3.750.177 SSDS/PB, e CPF nº 098.150.174-54, residente e domiciliado na Rua Jose Oliveira Marcolino, Centro, Congo-PB, para a função de **AGENTE COMUNITÁRIO DE COMBATE ÀS ENDEMIAS-EIP**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no município de Congo-PB sobre o regime de prestação de serviços por Excepcional Interesse Público, de acordo com a Lei Municipal 137/2015, de 30 de julho de 2015.

**CLAUSULA SEGUNDA-** Pelos serviços prestados, pelo CONTRATADO, a remuneração será correspondente a R\$ 1.212,00 (Um mil e duzentos e doze reais) pagos mensalmente.  
**PARAGRAFO ÚNICO-** A critério da administração, o presente contrato poderá ser reiniciado, quando cessadas as razões que impliquem na contratação, ou se o CONTRATADO no desempenho de suas atividades, não estiver correspondendo aos objetivos de contratação pretendidos pelo CONTRATANTE.

**CLÁUSULA TERCEIRA-** O prazo do CONTRATO é de 02 (dois) meses, iniciando-se em 01 de agosto de 2022 e encerrando-se em 30 de setembro de 2022, não sendo devida nenhuma indenização ou aviso prévio ao término do contrato.

**CLÁUSULA QUARTA-** Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- I. Pelo término do prazo contratual
- II. Por iniciativa do contratado
- III. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- IV. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

**CLÁUSULA QUINTA-** Na hipótese do contratado por qualquer razão ficar impossibilitado de prestar serviços constantes na Cláusula Primeira, fica obrigado a comunicar a CONTRATANTE com antecedência mínima de 24(vinte e quatro) horas.

**CLÁUSULA SEXTA-** Este contrato não vincula o CONTRATADO a fazer parte do quadro de Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Congo, porém enquanto o contrato estiver em vigência às relações serão as mesmas estabelecidas pelo Regime Jurídico do Município e a Legislação Previdenciária concernente.

**CLÁUSULA SÉTIMA-** O pagamento será efetuado em espécie, obedecendo ao calendário da folha de pessoal da prefeitura, sendo descontada do mesmo a contribuição previdenciária para o INSS, de acordo com o percentual da tabela de contribuição emitida pelo INSS, quando o valor mensal estiver sujeito à tributação conforme tabela emitida pela Secretaria de Receita Federal.

**CLÁUSULA OITAVA-** O Contratado fará jus aos direitos estabelecidos nos termos do parágrafo § 3º do art.39 da Constituição Federal.

**CLÁUSULA NONA-** O presente contrato não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos do artigo 8º.

**CLÁUSULA DÉCIMA-** As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente no seguinte programa de trabalho.  
30.60 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
3.1.90.04.01 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO  
3.3.90.36.01 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA FISICA

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA-** Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Congo-PB, 01 de agosto de 2022.

**FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO**  
CONTRATANTE

**JAIRO ALVES DA SILVA**  
CONTRATADO

### PORTARIA Nº 185/2022.

A Prefeita Constitucional do Município de Congo, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste município e demais legislação em vigor;

#### RESOLVE,

Art. 1º - Nomear, **CAIO BERNARDO DA SILVA**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF nº: 084.563.474-77, RG nº: 3.540.552 SEDS/PB, ao Cargo Comissionado de COORDENADOR DE DIVISÃO DE PAGAMENTOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS- lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS, Símbolo CD-03.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Congo/PB, 01 de agosto de 2022.

**FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO**  
Prefeita Constitucional

### PORTARIA Nº 186/2022.

A Prefeita Constitucional do Município de Congo, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste município e demais legislação em vigor;

#### RESOLVE,

Art. 1º - Nomear, **ARIONALDO NEVES DA SILVA**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF nº: 046.271.794-13, RG nº: 2754941 SEDS/PB, ao Cargo Comissionado de COORDENADOR DE DIVISÃO DE ÁUDIO VISUAL, TEATRO E DANÇA - lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO E DESPORTOS E LAZER, Símbolo CD-03.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Congo/PB, 01 de agosto de 2022.

**FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO**  
Prefeita Constitucional



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 01 DE AGOSTO DE 2022

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO**

**RATIFICAÇÃO - ADESÃO A REGISTRO DE PREÇOS Nº AD00001/2022**

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Adesão a Registro de Preços nº AD00001/2022, que objetiva: REGISTRO DE PREÇOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA FESTAS COMEMORATIVAS DO CALENDÁRIO ANUAL, EVENTOS PROMOVIDOS E APOIADOS PELA ADMINISTRAÇÃO, CONGRESSOS, REUNIÕES, CAMPANHAS E DEMAIS NECESSIDADES, INCLUINDO MANUTENÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DOS ITENS; RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: C. E. DA SILVA EIRELI - R\$ 1.270.068,96.

Congo - PB, 22 de Julho de 2022

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO - Prefeita Constitucional

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO**

**EXTRATO DE CONTRATO**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA FESTAS COMEMORATIVAS DO CALENDÁRIO ANUAL, EVENTOS PROMOVIDOS E APOIADOS PELA ADMINISTRAÇÃO, CONGRESSOS, REUNIÕES, CAMPANHAS E DEMAIS NECESSIDADES, INCLUINDO MANUTENÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DOS ITENS. FUNDAMENTO LEGAL: Adesão a Registro de Preços nº AD00001/2022 - Ata de Registro de Preços nº 00001/2022, decorrente do processo licitatório modalidade Pregão Eletrônico nº 00012, realizado pelo PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÚBA. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Congo: 06.00. SEC. DE CULTURA, TURISMO, DESPORTO E LAZER – SECT 13.392.2003.2029 MANTER AS ATIVIDADES CULTURAS DO MUNICÍPIO 500. Recursos não Vinculados de de Impostos 3.3.90301 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA. VIGÊNCIA: até 22/07/2023. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Congo e: CT Nº 80101/2022 - 22.07.22 - C. E. DA SILVA EIRELI - R\$ 1.270.068,96.





# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 01 DE AGOSTO DE 2022

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 260/2022

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UMA LADO, A PREFEITA MUNICIPAL DE CONGO COM SEDE NA AVENIDA DR. VICENTE NOGUEIRA BATISTA, S/N- CENTRO CONGO-PB; CNPJ Nº 08.870.164/0001-81, REPRESENTADA NESTE ATO PELA PREFEITA FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO, DENOMINADA CONTRATANTE, E DE OUTRO LADO A SENHORA EMANUELA HENRIQUE GOMES, NESTE ATO DENOMINADO CONTRATADO DE ACORDO COM AS CLAUSULAS SEGUINTE:

**CLÁUSULA PRIMEIRA-** O contratante através deste instrumento contrata a senhora, **EMANUELA HENRIQUE GOMES**, portadora do RG nº 3093472 SSP/PB, e CPF nº 081.071.044-71, residente e domiciliada no Sítio Curralinho, Zona Rural, Caraúbas-PB, para a função de **FISIOTERAPEUTA-EIP**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o CAEE, no município de Congo-PB sobre o regime de prestação de serviços por Excepcional Interesse Público, de acordo com a Lei Municipal 137/2015, de 30 de julho de 2015.

**CLAUSULA SEGUNDA-** Pelos serviços prestados, pelo CONTRATADO, a remuneração será correspondente a R\$ 1.600,00 (Um mil e Seiscentos reais) pagos mensalmente,

**PARAGRAFO ÚNICO-** A critério da administração, o presente contrato poderá ser rescindido, quando cessadas as razões que impliquem na contratação, ou se o CONTRATADO no desempenho de suas atividades, não estiver correspondendo aos objetivos de contratação pretendidos pelo CONTRATANTE.

**CLÁUSULA TERCEIRA-** O prazo do CONTRATO é de 02 (Dois) meses, iniciando-se em 01 de Agosto de 2022 e encerrando-se em 30 de Setembro de 2022, não sendo devida nenhuma indenização ou aviso prévio ao término do contrato.

**CLÁUSULA QUARTA-** Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- I. Pelo término do prazo contratual
- II. Por iniciativa do contratado
- III. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- IV. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

**CLÁUSULA QUINTA-** Na hipótese do contratado por qualquer razão ficar impossibilitado de prestar serviços constantes na Cláusula Primeira, fica obrigado a comunicar a CONTRATANTE com antecedência mínima de 24(vinte e quatro) horas.

**CLÁUSULA SEXTA-** Este contrato não vincula o CONTRATADO a fazer parte do quadro de Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Congo, porém enquanto o contrato estiver em vigência as relações serão as mesmas estabelecidas pelo Regime Jurídico do Município e a Legislação Previdenciária concernente.

**CLÁUSULA SÉTIMA-** O pagamento será efetuado em espécie, obedecendo ao calendário da folha de pessoal da prefeitura, sendo descontada do mesmo a contribuição previdenciária para o INSS, de acordo com o percentual da tabela de contribuição emitida pelo INSS, quando o valor mensal estiver sujeito à tributação conforme tabela emitida pela Secretaria de Receita Federal.

**CLÁUSULA OITAVA-** O Contratado fará jus aos direitos estabelecidos nos termos do parágrafo § 3º do art.39 da Constituição Federal.

**CLÁUSULA NONA-** O presente contrato não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos do artigo 8º.

**CLÁUSULA DÉCIMA-** As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente no seguinte programa de trabalho.

05.00 – SEC. DE EDUCAÇÃO

3.1.90.04.01 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

3.3.90.36.01 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA FISICA

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA-** Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Congo-PB, 01 de Agosto de 2022.

**FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO**  
CONTRATANTE

**EMANUELA HENRIQUE GOMES**  
CONTRATADA